

**PROPOSTA DA CAMPANHA NORTE-SUL PARA A RECONVERSÃO  
SOCIAL E ECOLÓGICA DA LIQUIFARM - AGROPECUÁRIA  
SUIÁ-MISSU S.A. DE PROPRIEDADE DA AGIP DO  
BRASIL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

Após a publicação do "Dossier Brasil", pelo Observatório de Impacto Ambiental (OIA), da Campanha Norte-Sul, que evidenciou as consequências negativas da implantação e dos sucessivos investimentos da Agropecuária Suiá-Missu, foram realizados contatos informais entre a Agip Petróli e a Campanha Norte-Sul para examinar mais detalhadamente a situação e que tornaram possível a realização de uma visita conjunta diretamente à fazenda.

Havendo apurado após a visita e outros encontros que não é intenção da AGIP proceder a uma pura e simples liquidação da Suiá Missu, a Campanha Norte-Sul apresenta um conjunto de propostas voltadas para a reconversão total ou parcial da fazenda, com a finalidade de recuperar parte dos danos produzidos no passado. Dadas as diversas características de cada uma das propostas, poderão ser examinadas também separadamente.

As propostas referem-se a:

1. Restituição ao grupo Xavante de Marawásede de seu território parcialmente ocupado pela fazenda Suiá-Missu.
2. Utilização da área remanescente ou parte dela para fins sociais (assentamentos).
3. Manutenção como reserva florestal das áreas de mata primária ainda existentes hoje no interior da fazenda.

A primeira proposta, objeto principal da visita efetuada in loco em janeiro de 1991 (e, por isso, já mais elaborada) articula-se nos seguintes pontos:

a. Levantamento das áreas de interesse dos Xavante-Marawásede: deverá ser realizada uma visita à fazenda por um grupo Xavante, acompanhado de alguns assessores (antropólogo, advogado e técnico agrimensor) e por um representante da Campanha Norte-Sul. Prevê-se a permanência no interior da fazenda aproximadamente por uma semana de uma comitiva de cerca de dez pessoas.

Solicita-se: - autorização para a visita;  
- apoio financeiro necessário, incluindo despesas de

viagem (ida e volta dos participantes dos diversos lugares de proveniência - Água Boa, São Paulo, Brasília e Itália) e despesas com alimentação e alojamento no interior da fazenda durante o período de permanência, além de assistência à execução do levantamento. A visita deverá ser efetuada possivelmente no decorrer de junho de 1991.

b. Durante a visita será possível identificar e recolher elementos para a elaboração do projeto de reassentamento. Em linhas gerais, o projeto prevê a reconstrução da aldeia, a assistência à transferência, aquisição de meios de transporte para a transferência, de meios para caça e coleta de materiais para a confecção das artefatos tradicionais, de insumos (maquinário e sementes) para as atividades agrícolas de subsistência, assistência durante a fase de transferência e à 1ª etapa do reassentamento por parte de uma ONG brasileira (Centro de Trabalho Indigenista - SP).

O projeto será apresentado à AGIP para financiamento. Em relação ao ponto 2, pressupondo a vontade da AGIP do Brasil de liquidar a Suiá-Missu, é de interesse da Campanha Norte-Sul verificar nesta fase a disponibilidade da fazenda e providenciar uma parcial ou total reconversão para fins sociais. Neste caso, poderia ser realizado um estudo envolvendo a AGIP e a Campanha Norte-Sul juntamente com interlocutores brasileiros para a verificação da hipótese e das eventuais predisposições de um programa, que considere tanto os empregados da Suiá-Missu, quanto os eventuais trabalhadores rurais sem-terra da região.

E' necessario enfatizar que é de nosso interesse colaborar no sentido de experimentar formas de ressarcimento em relação a intervenções que, no passado, revelaram-se danosas para as pessoas e para a natureza.

No que se refere ao ponto 3, deveria ser estudada uma hipótese que, no caso de liquidação da fazenda, garanta a manutenção como reserva florestal daquelas áreas de mata primária ainda existentes no seu interior. Também neste caso, a hipótese deverá ser verificada com interlocutores brasileiros com o objetivo de acertar as condições melhores para a sua realização.

Anexamos à presente os seguintes documentos:

1. Carta enviada a 2 de dezembro de 1990 por DAMIÃO PARIDZANE, líder dos Xavante de Água Branca ao diretor da Suiá-Missu.
2. Carta ao presidente da AGIP Petroli do líder Xavante, que explicita o pedido de visita à fazenda Suiá-Missu.
3. Carta do líder Xavante à Campanha Norte-Sul que solicita assistência por um período de um ano, ate que se resolva a questão da transferência (assistência que a Campanha Norte-Sul deverá providenciar).

4. Carta do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) à Campanha Norte-Sul, tratando da necessidade da visita à área da Suiá-Missu.
5. Denúncia feita em junho de 1990 por trabalhadores rurais em São Felix do Araguaia (MT) quanto às condições de trabalho no interior da área vendida a Romão Flores em dezembro 1989 (que pertencera a fazenda Suiá-Missu).
6. Relatório de viagem do representante da Campanha Norte-Sul à Suiá-Missu (janeiro 1991).
7. Mapa da região.

Aldeia Água Branca, 02 de Dezembro de 1.990.

Rever Suiá - Missú

Renovação a terra indígina Suiá-Missú, São Félix do Araguaia M.T.

Estamos revivendo os tempos passados para retornar e adquirir de volta nossas terras que já jamais esqueceremos. ("TERRAS PRODUTIVAS E FERTURENTA")

Naquele tempo isto é desde o século passado, essas terras tinha como líderes dois fortes índios que se chamavam BUTSÉWARI e PARI'-UPTSÉ, esses dois foram os primeiros fundadores desta área indígina, com seus familiares fundaram e construíram suas ocas para se esconder do forte sol e das frequentes chuvas.

Esta aldeia se chamava BO'U e esta comunidade já era bastante numerosa, e após anos veio a aproximar as pessoas civilizadas (BRANCOS) invasores para se apropriar desta área, que na época já eram habitadas por índios XAVANTES, e segundo os mais antigos e muitos deles que se encontram com nós diz a verdade que os civilizados chegaram para desapropriar das terras ocupadas pelos os índios xavantes, mais os xavantes da época resistiram a não sair das terras que os davam direitos, daí a frente os civilizados vendo que era praticamente impossível o desapropriamento por parte dos índios, invasores civilizados fizeram os primeiros ataques com armas de fogo desconhecidas pelos índios, que lutavam somente com arco flexa e burunãs, foi um choque piedoso por ter morrido centenas de índios mesmo assim as suas resistências pelas terras continuou, embora tinham perdido os dois líderes citados acima.

E após esse massacre a comunidade restante se reuniram ao tempo isto é suas casas foram todas danificadas pelo fogo, e nomearam novas lideranças que os chamavam de: TSA'AMRI e PINI'AWÊ, e decidiram a construção de uma nova aldeia na mesma área bem distante dos civilizados mais mesmo assim foram pressionados por branco novamente e tiveram que abandonar esta aldeia que se chamava 'RITU, após uma vivência de aproximadamente 8 Oito anos e também por falta de alimentação e outros problemas.

Ai partiram para construção de uma outra aldeia em melhor lugar de sobrevivência e fundaram a aldeia UDZ'RÁIWAWÊ, daí os dois líderes citados acima já muito cansado e com as idades bem avançadas resolveram passar seus tronos ou patentes que na época eram conhecidas como CAPITÃO E VICE CAPITÃO da tribo, a outros índios mais resistentes que eram eles: BUWAWÊ e UIRÉ índios de boas experiências e de uma visão melhor para sentir a aproximação dos inimigos, viveram ali por vários anos e depois sentiram a aproximação de pessoas civilizadas e resolveram a mudar novamente.

Mais anos se passaram em outra aldeia nova com o nome de INREPA, que já tinha outros líderes por nomes de: Ru'awê e Ômodzê e estes foram os dois primeiros a manter contatos com a civilização embora não acreditando muito em branco por estes eram bem jovens na época do massacre contra seus irmãos mais relembra tudo, mesmo assim o Cacique Ru'awê disse em língua xavante aos brancos que índios eram amigos.

Após essa aproximação de índios xavante e brancos civilizados, Ru'waẽ passou seu posto aos índios tsi'ruí'a eTszadzawẽ aldeia ETÉTSIMARÃ que os dominou por varios anos, e mais tarde comeou a trabalhar mau e sem enterese com a comunidade e o velho guerreiro afastou-os e logo em seguida assumindo o cargo novamente e convivendo nesta aldeia por alguns anos, mas sempre precionado pelos egoismo da civilização resolveram se afastar novamente para bem distante em outra aldeia por nome WMRE'RURÉ, dai o velho caique Ru'awẽ já bem cansado e muito fraco resolveu passar seu posto a seu sobrinho Tiburcio tsereni'ru que logo em seguida houve novo conflito entre índios e brancos com uma mortalidade encrível. O velho guerreiro RU'WAË.

Ai o cacique da época resolveu tirar seus povos para missão Salesiana (São Marcos) varios anos, logo depois fomos procurar melhores vidas e fomos para reserva PIN-Xavantes, sem exitos resolvemos partir para outra fomos para reserva areões tambem não fomos muito felizes e com já estava sendo comandado pelo cacique Danião Paridzane filho de Caetano Ru'waẽ velho cacique do passado em Suiá-Missu, e desde 1.984 estamos residindo em reserva emprestada pelo Pimentel Barbosa até a presente data.

Por isto pretendemos retornar as nossas antigas terras queridas e deixadas por nos povos passados e alguns ainda presente com vida e saude em nosso meios.

Por ser verdade dato e assino o presente documento.

Cacique Danião Paridzane  
Cacique: Danião Paridzane

Nova Xavantina, 13 de Abril de 1991

Senhor Presidente,

Em nome da comunidade, venho pelo presente solicitar autorização para que, junto aos velhos da Aldeia Água Branca possamos visitar a antiga aldeia Marãiwatsede, hoje situada na Fazenda Suiá Missu.

O motivo desta solicitação se prende ao fato que desde 1965, ou seja, quando foram retirados do local nunca mais retornaram e, que agora desejam rever a antiga aldeia, sendo que lá encontram-se enterrados seus entes queridos.

Mediante aos fatos expostos peço-lhe que viabilize esta autorização, uma vez que sentimos-nos extremamente constrangidos em ter que pedir para visitar as terras, que ainda consideramos de nosso pertence.

Peço-lhe que tenha um representante da Fazenda Suiá Missu, para que juntamente com um grupo do CEE - Centro de Trabalhos Indigenista e equipe do FUNAI formada por antropólogo, engenheiro florestal e técnicos em filmagem, possamos desenvolver um trabalho de interesse de ambas as partes.

Na certeza de sermos prontamente atendidos aguardamos uma resposta o mais breve possível.

Atenciosamente

*Damião Pariparupé*  
DAMIÃO PARIPARUPÉ  
Cacique

*Rufino Ruanié*  
RUFINO RUANIÉ  
Secretário

REIP 01/02/91

UNO OBSERVATÓRIO DE ESPAÇO AMBIENTAL CAMPANHA NORTE SUL

AV. DR. JOSÉ DE ALMEIDA

Ilmo Sr.

Brasília, 12 de março de 1991

MARIANO MAMPIERI

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a grata satisfação de dirigir-me a V. Sa. para expor sucintamente a forma como o povo Xavante foi expulso da Fazenda Suiã Missu que pertencia a Igreja que depois vendeu para empresa privada.

1. Em 15 de agosto de 1965 os proprietários da fazenda combinaram com os padres salesianos para retirar os Xavante dali e transportá-los para a missão salesiana, na Aldeia São Marcos.

2. Contando os parentes nas aldeias São Marcos, São Domingos, São José, Água Branca e Namucurá. estes são os locais onde estão morando os índios que moravam na Fazenda Suiã Missu.

Hoje a situação na Aldeia Água Branca é de muita crise, muitos isolados e abandonados. Não tem meios para produzir, falta apoio governamental para desenvolver atividades produtivas, não temos território, nem caça, nem frutas. É por isso que temos que voltar para o nosso território, Marāwatsede, na Suiã Missu, onde temos fartura, peixe caça, lá a terra é boa para plantar.

Até resolver a questão da Suiã Missu para Xavante precisamos de uma ajuda para atender nossas necessidades básicas, na Aldeia da Água Branca, onde somos 306 índios.

Por isso pedimos uma quantia de 1.500 dólares por mês, durante 01 ano, até resolver a questão da terra.

Solicito também de recursos no valor de 4.000 dólares, para conserto do caminhão e compra de material para trabalho (facão e botinas).

Essa ajuda é para comprar arroz, feijão, sal, açúcar, óleo, sabão, munição combustível e recursos para manutenção do caminhão (F-4.000 a diesel), que precisa urgentemente de reparos.

Para acompanhar a questão da terra com os advogados, precisamos de recursos para despesas de viagens, passagens, diárias para Brasília e São Paulo, precisamos de mais 2.000 dólares.

Estes auxílios poderão ser encaminhados para CTI de São Paulo.

Atenciosamente,

*Cacique Damião Paridzane*  
DAMIÃO PARIDZANE

Cacique da Aldeia Água Branca/MT

*De Rufino Ruade Xavante*  
RUFINO RUADÊ XAVANTE

Acompanhante





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

PARA/TO: Mariano Mampieri- Campanha Norte-Sul Observatório de Impacto Ambiental

DE/FROM: Sergio Leitão

DATA/DATE: 27.03.91

HORA/HOUR: \_\_\_\_\_

PAGINAS/OF PAGES: 01 (INCLUINDO ESTA/INCL.THIS)

Nº DO FAX: 00396-6865842

MENSAGEM/COMMENTS:

Prezado Mariano:

Nos dias 12 e 13 desta mês, conversamos aqui em Brasília com representantes da aldeia Xavante de Água Branca Sobre o caso da fazenda Suiã-Missu. Nesta conversa verificou-se a necessidade de uma visita à aldeia e à área Suiã-Missu. Isto para que possamos discutir e definir com os Índios o exato teor das suas reivindicações, como o tamanho da área cuja devolução deverá ser solicitada.

No entanto, para que esta viagem se concretize é necessário que a empresa controladora da área - Grupo Líquigãs forneça a permissão para o nosso ingresso.

Assim, solicitamos a você que faça gestões junto à matriz do grupo, para que tal autorização seja concedida.

No aguardo de uma resposta sua, despedimo-nos,

Atenciosamente,

*Raimundo Sérgio Barros Leitão*  
RAIMUNDO SÉRGIO BARROS LEITÃO

Acervo  
SA  
A-39  
R: 11-4



Estado de Mato Grosso

LIVRO Nº 10  
FOLHAS Nº 038

Emília Rodrigues Limaolto  
OFICIAL INTERINA

Alfredo Rodrigues Matos Filho  
OFICIAL SUBSTITUTO

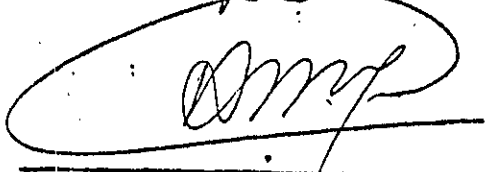
ARQUIVO  
A-39  
R: 11-4

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO QUE  
FAZ: JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES E  
OU.

Saibam quantos virem esta Pública Es-  
critura de Declaração, aos doze(12) dias do mês de junho(06) de  
mil novecentos e noventa(1.990), nesta Cidade e Comarca de São Fé-  
lix do Araguaia-Mt; perante mim Alfredo Rodrigues Matos Filho-Ta-  
belião, compareceram como declarantes os Srs. JOÃO ALBERTO DE SOU  
ZA GOMES, brasileiro, casado, lavrador, portador da CI-RG nº 267.603-  
SSP-MT, e do CPF nº 328.778.111-15; VALDORI FAVERO, brasileiro, ca-  
sado, lavrador, portador da CI-RG nº 11/R-1.517.832-SSP-SC e do CPF  
nº 079.587.108-28, residentes e domiciliados na Vila de Pontinópo-  
lis, neste Município. Fazem a seguinte declaração: Que no dia 1º  
(primeiro) de maio do corrente ano saímos de Pontinópolis para um  
trabalho de roço e derrubada, que havia sido acertado com o Sr. O-  
rico, numa área de terras da Suiá Missú-neste Município, e que foi  
vendida ao Sr. Romão Flôres. A derrubada e roço estava, ou melhor  
está, a encargo de uma Empreiteira conhecida como d. EDINEIA, resi-  
dente em Goiânia-Estado de Goiás, declaramos que ainda que o Con-  
trato verbal foi feito a base de Cr\$ 3.200,00 (treis mil e duzentos  
cruzeiros), por alqueire. Que área a ser desmatada, segundo con-  
versas no local é de 15 mil alqueirão. Que quando lá chegamos ha-  
via perto de 800 (oitocentas) pessoas trabalhando algumas até com  
famílias. Que ficamos lá perto de vinte dias(20), quando começa-  
mos a perceber que nunca tínhamos saldo que já estávamos era de-  
vendo. Os preços da cantina, quando íamos comprar era um ha hora  
de acerto era bem o maior. Fato fazia com que os peões nunca ti-  
vessem saldo. Percebendo isso e mais os comentários que ouvimos  
de que a situação era essa pra todo mundo e de que quando os pe-  
ões tentavam fugir eram trazidos de volta pela polícia de Porto  
Alegre, e ainda que a empreiteira EDINEIA acabava tomando tudo  
que o peão tinha a pretexto de pagamento da dívidae, receosos de

que eu João Alberto de Souza, ficasse sem minha moto serra, resol-  
vemos fugir. Andamos durante 04(quatro) dias durante a noite nas  
estradas e o dia, na mata até chegarmos em Pontinópolis. Declara-  
mos ainda que a empreiteira EDINEIA sempre andava armada e acompa-  
nhada de treis(03) homens também armados, que as histórias de fu-  
ga e captura de peões, era contada por um "FISCAL" da própria EDI-  
NEIA, apelidado de "BAIANO", este fiscal dizia que deles peão não  
fugia. que roçamos 09(nove) alqueirões e derrubamos 1/2(meio)al-  
queiro de mata; que até o momento nada recebemos por nosso traba-  
lho. Como nada mais foi dito, e nem lhe foi perguntado, mandou que  
escrivesse a presente declaração pública. E de como assim, me dis-  
seram, do que dou fé. Me pediram e eu fiz datilografar a presente  
que lida e aceita assina. Exolumentos Cr\$ 57,76. Ass. ALFREDO RODRI-  
GUES MATOS FILHO-TAB.//JOAO ALBERTO DE SOUZA GOMES//VALDORI FAVE-  
RO. Nada Mais. Transladada, simultaneamente do que dou fé. Eu, Ta-  
belião, que fiz datilografar, conferi e dou fé.-

Em test(  ) da verdade



Alfredo Rodrigues Matos Filho  
OFICIAL  
Cart. Rec. Civil - S. P. de Araguaia - MS



## VISITA ALLA FAZENDA SUIA MISSU

Hanno partecipato:

Ambasciatore italiano in Brasile, Dr. Renato GRILLO Presidente Liquipar do Brasil, Dr. Alessandro CASTIGLIA rappresentante AGIP-PETROLI, Sig.ra Carla ZINONI DELLA LONGA reporter GRTV, Dott.ssa Iara FERRAZ del CTI, Mariano MAMPIERI rappresentante Campagna Nord/Sud.

Il dott. Franco DE BENI, direttore della fazenda, ha accompagnato gli ospiti nella visita alla stessa.

La visita si è svolta il 28 gennaio 1991, percorrendo in auto una strada interna che taglia longitudinalmente la proprietà.

Attualmente la fazenda ha una estensione di 250.000 h. suddivisa in 16 corpi aziendali, è dotata di un centro di direzione dove hanno sede gli uffici amministrativi, gli alloggi per i funzionari e gli impiegati, una scuola per i figli dei lavoratori dell'azienda, una pista di atterraggio e un centro attrezzato per le cure al bestiame e per la realizzazione di incroci di razze locali con razze italiane.

L'area attualmente a pascolo è di 40.000 h. circa, mentre altri 40.000 h. sono di pascolo degradato con ampie zone ricoperte da foresta secondaria, cresciuta spontaneamente negli ultimi 15/20 anni.

Nella fazenda è in atto un programma di ristrutturazione per riportare i pascoli al massimo del rendimento. L'anno scorso sono già stati ristrutturati 3.500 ha., allo scopo viene utilizzato un nuovo tipo di foraggera che, rispetto a quelle usate in passato presenta il vantaggio di limitare il diffondersi delle erbe infestanti, (indicate spesso tra le cause principali del degrado dei pascoli nel Mato Grosso).

Le attività di ristrutturazione dei pascoli, con l'uso di grossi trattori, le abbiamo potuto osservare al confine con la fazenda Liquilandia (porzione venduta al gruppo Garavelo) e con la BR-080 (dove c'era una vecchia segheria), ma date le avverse condizioni atmosferiche, il tutto appariva come uno scenario appositamente montato per la visita.

Il costo per il recupero dei pascoli si aggira intorno al 150 dollari Usa per ha, mentre la recinzione ha un costo di 100 dollari per km.

Attualmente i capi di bestiame allevati sono circa 38.000, ma dovrebbero essere aumentati compatibilmente all'aumento della superficie destinata a pascolo. Il carico di bestiame è di un capo/ha.

Il programma di ristrutturazione prevede il recupero del massimo di superficie possibile secondo le proporzioni stabilite dal vecchio progetto SUDAM tra foresta e pascolo.

Negli anni passati si sono sperimentate altre coltivazioni come il mais o il riso, ma l'incidenza degli alti costi di trasporto del prodotto al mercato più vicino, ne ha reso sconveniente la produzione e quindi la fazenda si è dedicata esclusivamente alla produzione di carne.

Anche il bestiame destinato alla macellazione deve, comunque, essere trasportato per oltre 400 Km. prima di giungere a destinazione.

Nella fazenda vivono circa 100 famiglie di lavoratori che risiedono parte nel villaggio "Alto de Boa Vista" sorto poco distante dalla sede della fazenda e il resto dislocate in altre aree della stessa.

Dalle conversazioni avute con la direzione dell'azienda risulta che i lavoratori sono in regola con la legislazione del lavoro brasiliana; tutti percepiscono almeno, il salario minimo.

Come già accennato, nella sede della fazenda funziona una scuola destinata ai figli dei lavoratori ma che realizza anche dei corsi serali per adulti.

Al momento della visita c'erano numerosi bambini nelle aule, ma anche in questo caso, visto che questo è periodo di vacanze, sembrava tutto appositamente predisposto per l'occasione.

La direzione della fazenda provvede inoltre all'acquisto dei principali beni di consumo che poi rivende ai lavoratori.

#### RAPPORTO XAVANTES - SUIA MISSU

Esistono rapporti sporadici tra gli Xavantes e la direzione della fazenda. L'amministratore, dott. De Beni, ha affermato che nei suoi sei anni di permanenza nella fazenda ha ricevuto una sola visita di delegazioni organizzate. Nell'incontro avuto, gli indios riproponevano la questione proprietà della terra ed esigevano donazioni (vestiti, scarpe, farina e carne) come indennizzo dovuto per l'uso del territorio.

Periodicamente piccoli gruppi, ma anche singoli (in genere anziani) si recano alla fazenda per far visita al loro vecchio cimitero e per raccogliere materiali che servono per la fabbricazione di strumenti artigianali e, in occasione di queste

visite rivolgono alla direzione richieste di cibo o di altri generi di consumo che generalmente vengono esaudite.

Il dott. De Beni ha affermato infine che non è tenuto a mantenere relazioni con gli indios, in quanto esistono strutture statali preposte alla loro assistenza e che lui non ha niente a che vedere con il fatto che la fazenda precedentemente può essere stata terra indigena.

La vendita di 250.000 ha., effettuata nel 1989 e che riguarda la parte nord della fazenda, è tutt'ora un'area di foresta primaria, ma contrariamente a quanto affermato anche nel nostro dossier, quest'area non rientra nelle zone di riserva forestale inserite nel progetto SUDAM per la richiesta degli incentivi fiscali.

Prima della vendita, l'intera area risultava divisa in due parti; la prima di 250.000 ha. è quella della SUIA MISSU S.A. di cui è azionista principale la LIQUIPAR ed è l'area dell'azienda agricola vera e propria sulla quale sono stati realizzati gli investimenti (80.000 a pascolo, i restanti a riserva forestale) e i progetti SUDAM; la seconda porzione, sempre di 250.000 ha. risultava come patrimonio diretto della LIQUIPAR, quindi faceva capo ad una amministrazione diversa. Il ricavato della vendita, secondo quanto afferma il presidente della LIQUIPAR, è stato utilizzato per risanare il deficit di bilancio della Liquipar stessa. Il valore della vendita comunque non è stato rivelato. La fazenda SUIA MISSU, dal punto di vista economico è in pareggio, ma sembra che non ci siano prospettive di sviluppo che giustifichino ulteriori investimenti.

La carne prodotta in questa regione infatti, per diverse ragioni (qualità, tagli, difficoltà di lavorazione), non ha grossi sbocchi sul mercato internazionale, mentre i prezzi sul mercato nazionale brasiliano non sono tali di stimolare investimenti nel settore.

La scarsa fertilità dei terreni non permette di avere carichi di bestiame superiore a un capo per ha., così come non è possibile per gli alti costi che comporterebbe e la scarsa resa che ne deriverebbe, impiantare forme di allevamento diverse da quello brado; ne consegue che la sola forma per aumentare il numero di capi è di aumentare il territorio destinato a pascolo. Inoltre, l'impossibilità di somministrare al bestiame alimenti integrativi, effettuare controlli sulla crescita ecc. non permette la riduzione dei tempi attualmente necessari per portare le bestie al peso standard di vendita che alle condizioni odierne è di tre anni. Altri due fattori che incidono negativamente sui costi sono la grande distanza dalla fazenda dai mercati di una certa importanza e le pessime condizioni delle strade.

Tutto ciò conferma che questo tipo di investimenti in questa regione, oltre ad essere distruttivi di patrimoni naturali difficilmente recuperabili e creare in molti casi situazioni sociali molto precarie, non sono per le imprese multinazionali in generale neanche remunerativi e lo sono ancora meno nel caso

specifico dell'Agip che non ha inoltre know how nel settore. Appare chiaro quindi che nella maggior parte di casi, gli investimenti sono stati realizzati con lo obiettivo di sfruttare i vantaggi offerti dalla politica degli incentivi fiscali messa in atto dal governo brasiliano negli anni passati, per lo sviluppo della regione Amazzonica.

Gli investimenti che la SUIA MISSU sta effettuando in questo momento, difficilmente giustificabili dal punto di vista produttivo, sembrano effettuati al solo scopo di aumentare il valore dell'intera fazenda e quindi proseguire nel programma di liquidazione iniziato con la vendita effettuata nel 1989.

A questo proposito va rilevato che la vendita, anche se comprensibile dal punto di vista economico, non è assolutamente giustificabile da quello ecologico e sociale.

Non è difficile prevedere le trasformazioni che l'area subirà: risulta infatti che già da tempo sono state avviate attività di disboscamento illegale, effettuate con lavoratori che operano in condizioni di schiavitù, come dimostra la denuncia allegata, e che con molta probabilità queste aree verranno destinate a programmi di colonizzazione incontrollata.

Da notare inoltre che proprio una parte di questa area, corrispondente alla "gleba dom Pedro 1", era stata individuata dall'INCRA del Mato Grosso per l'esproprio a fini di riforma agraria.

**Incontro con il vescovo di Sao Felix di Araguaya Don Pedro Casaldaliga.**

Durante la visita abbiamo potuto parlare oltre che con il vescovo, con Padre Paolino della Curia di Sao Felix, con Jose Pontim ex-sindaco di Sao Felix e collaboratore del vescovo, con la signora Lurdes della CPT de Sao Felix, e con Padre Antonio Iasi del CIMI.

Non esistono rapporti formali tra vescovo e direzione della SUIA MISSU, come non ne esistevano in passato. La Curia di Sao Felix ha sempre avuto un rapporto conflittuale con la fazenda a causa del trattamento inumano che veniva riservato nel passato ai lavoratori e per l'atteggiamento ostile nei confronti degli Xavantes. I sacerdoti (Padre Paolino e altri) comunque, si recano regolarmente presso la fazenda per espletare le funzioni religiose.

Il vescovo apprezza molto la nostra proposta e l'atteggiamento di apertura assunto dall'Agip Petroli in Italia rispetto alla SUIA MISSU ed è disponibile a sostenere la nostra iniziativa, anche in sede di Conferenza Episcopale Brasiliana per ottenerne l'appoggio. Ha raccomandato però di procedere con prudenza e di fare attenzione a non creare nuovi conflitti con i lavoratori e i contadini senza terra nella regione.

Per quanto riguarda gli Xavantes ci ha consigliato oltre che di contattarli direttamente, di contattare anche don Pedro Sbardellotto della missione salesiana di San Marcos e Padre Giaccaria (perchè conoscono molto bene la storia del gruppo, i Marawasede), Padre Mario del CIMI di Cuiaba', Maria José avvocato della CPT di Goiania con la quale, peraltro, avevamo già preso contatto telefonici.

Per quanto riguarda i lavoratori della SUIA MISSU c'è stato segnalato che essi pur ricevendo il salario minimo, non ricevono mai, durante tutto il periodo della loro permanenza in azienda, condizioni migliorative. Così se entrano con il salario minimo, dopo 20 anni di lavoro possono andare in pensione sempre con il salario minimo. Ci sono stati segnalati inoltre, due casi di lavoratori morti in incidenti di lavoro per i quali le loro famiglie non hanno ricevuto alcun indennizzo, a causa delle lungaggini burocratiche brasiliane. La fazenda non ha fatto nulla per aiutarli. Ci sono inoltre numerosi lavoratori stagionali in azienda che vengono reclutati sempre con il sistema degli intermediari (gatos).

La copia della denuncia (vedi allegato), riguardo il disboscamento illecito e il lavoro schiavo all'interno dell'area venduta, ci è stata fornita dai collaboratori del vescovo.

### Incontro con gli Xavantes di Agua Branca

Il villaggio si trova a 13 ore di autobus da Sao Felix de Araguaia. Da Agua Boa abbiamo raggiunto il villaggio con una macchina affittata da un commerciante locale.

La riunione ha avuto luogo nella scuola del villaggio. Era presente il Cacique Damiao Paridzane, suo fratello Rufino e un numeroso gruppo di Xavantes. Il Villaggio è ai limiti estremi dell'area indigena di Pimentel Barbosa e conta 308 abitanti, mentre l'area totale della riserva Xavante ne conta complessivamente circa 4.500.

Damiao ha prima presentato gli uomini presenti alla riunione e ci ha invitato a fare altrettanto chiedendoci di esporre anche le ragioni della nostra visita.

Successivamente Damiao ha esposto i motivi della loro rivendicazione (in parte riportati nella lettera del 2 dicembre 1990 da lui stesso inviata alla SUIA MISSI - vedi allegato -).

I Marawasede di Agua Branca continuano a sentirsi ospiti in un territorio che non gli appartiene ed è anche per questo che vivono lontano dal resto degli indios della riserva.

Questa zona è povera di caccia e cominciano ad avere problemi di alimentazione e di rifornimento di altri generi. Anche l'assistenza della Funai è carente: le forniture di sementi,



medicinali e altro sono scarse e non sono stati dotati di radio per le comunicazioni, come invece avviene per molti altri gruppi.

Nel territorio della SUIA MISSU vi sono ancora i loro cimiteri ed altri luoghi per loro sacri, oltre che maggiore possibilità di approvvigionamento di cibo e materiali diversi.

Non sono interessati a tutta l'area della fazenda, ma ad una porzione di essa che corrisponde all'attuale sede e una area limitrofa di cui parte è cerrado e parte foresta.

Il resto degli Xavante della riserva non ha alcun interesse alla SUIA MISSU, infatti hanno sempre vissuto a Pimentel Barbosa. Ci sono comunque alcune persone che si sono trasferite da Agua Branca in altri villaggi e che potrebbero essere contattate per verificare il loro interesse al trasferimento. Ci è stata rivolta una richiesta di assistenza alimentare, di fornitura di mezzi sia per la caccia che per effettuare alcune coltivazioni, per la sussistenza. Tale richiesta è comunque indirizzata principalmente alla SUIA MISSU come parte del risarcimento che, secondo il loro punto di vista, sarebbe loro diritto ricevere.

Alla fine della riunione si è stabilito di procedere con un piano di lavoro che prevede i seguenti punti:

- effettuare un viaggio concordato con l'Agip alla SUIA MISSU, per identificare i territori di loro interesse. Il viaggio dovrebbe essere effettuato entro Giugno e dovrebbe prevedere la presenza di un rappresentante dell'Agip Petroli, della Campagna Nord-Sud, dell'NDI, del CTI e di un topografo.

- realizzare nel villaggio di Agua Branca con la presenza di rappresentanti del CTI, NDI, Agip, Campagna, una riunione dei Capi Xavantes degli altri gruppi presenti nella riserva di Pimentel per verificare il loro accordo e avere il loro sostegno rispetto al trasferimento del gruppo dei Marawasede nei loro precedenti territori.

- fare una riunione entro il mese di Marzo a Brasilia con la partecipazione di Xavante, del NDI, CTI, ed un rappresentante del CIMI, per discutere di:

- aspetti legali per il trasferimento e raccolta della documentazione necessaria.
- costi dell'assistenza prima del trasferimento, costi del viaggio a SUIA MISSU, costi della riunione dei Capi Xavantes.
- elaborazione di un progetto per il reinsediamento sempre con i relativi costi.

## Incontro a Brasilia con Sergio Leitao del Nucleo de Direitos Indigenas.

La riunione aveva lo scopo di richiedere l'eventuale assistenza del NDI, informarlo sui risultati di questo primo viaggio e di analizzare le possibili soluzioni legali per concretizzare la proposta.

Si è discusso di:

### a. Donazione da parte della Liquigas/Agip

Questa soluzione non sarebbe corretta perchè l'area in questione è di fatto terra indigena (art. 231 Costituzione Brasiliana) e quindi appartiene di diritto agli indios. La documentazione e le testimonianze sul trasferimento forzato avvenuto negli anni 60, possono facilmente essere reperite.

### b. Via amministrativa

Comporta la formazione di un piccolo gruppo tecnico di lavoro attraverso la Funai per l'identificazione e la demarcazione dell'area rivendicata che, attraverso un decreto presidenziale e d'accordo alle norme stabilite dal Ministero di Giustizia, dovrebbe poi essere assegnata agli Xavantes.

### c. Via giuridica

Questa è la strada più lunga per giungere alla soluzione della questione.

Secondo la legislazione vigente sulle terre indigene, potrebbero essere dichiarati non validi i titoli di proprietà della SUIA MISSU rilasciati dalle autorità brasiliane. Ciò comporterebbe la realizzazione di un processo per ottenere una "acao declaratoria" contro la Funai per non aver considerato "terra indigena" l'area, o parte dell'area, attualmente occupata dalla fazenda e rivendicata dagli Xavantes.

E' possibile comunque, studiando il caso più attentamente, individuare delle forme che assicurino la realizzazione del passaggio nel rispetto della normative Brasiliana e con le necessarie garanzie per le diverse parti interessate.

Inoltre, qualsiasi soluzione che verrà adottata, potrà essere accompagnata dalla richiesta di risarcimento per i danni causati agli indios dall'allontanamento forzato dal loro territorio e per le conseguenze che questo ha avuto sulle loro condizioni di sopravvivenza. Infine va rilevato che gli Xavantes hanno chiaramente manifestato l'intenzione di fare tutti i passi possibili per recuperare i loro territori, con o senza l'appoggio di organismi esterni.

## INCONTRO CON IL CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

Di ritorno a Sao Paulo è stata fatta una riunione con il Centro de Trabalho indigenista (CTI), per verificare, data la loro esperienza e i loro rapporti con gli Xavantes, la disponibilità del centro a seguire in Brasile gli sviluppi della negoziazione e ad assistere l'eventuale reinsediamento degli indios nei territori attualmente occupati della SUIA MISSU.

Altri contatti avuti, sempre in merito alla proposta, durante il viaggio in Brasile sono:

Avelino Ganzer e Sueli Bellato - CUT rurale -(Centrale Unica dei Lavoratori), CPT (Commissione Pastorale della Terra), IBASE (Istituto Brasiliano de Analisi Sociali), CEDI (Centro Ecumenico de Documentazione e Informazione), Coordinamento Ong Italiani, Riccardo Arnt - giornalista della Folha de Sao Paulo -.

MARIANO MAMPIERI

ROMA, 14.5.91

